

Viana pede levante contra a dengue

Combate à doença deve envolver população e gestores, afirma o senador. 4

Pela consolidação das leis ambientais

Gilberto Goellner defende a revisão e consolidação da legislação ambiental. 4

Virgílio suspeita de dados do governo

Líder do PSDB afirma que governo "maquia" dados sobre reservas. 4

Avaliação da UnB é adotada pela USP

Cristovam Buarque celebra a adoção do PAS pela Universidade de São Paulo. 4

Garibaldi quer regulamentar *lobby* no Congresso Nacional

Presidente do Senado diz que vai solicitar à Câmara dos Deputados exame de projeto de Marco Maciel com regras para que a atividade seja desenvolvida de forma transparente, inclusive com fiscalização da Receita

Ao falar na abertura no Seminário Internacional de Interesses – A Regulamentação do *Lobby* no Brasil, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comprometeu-se ontem a colocar na pauta de votação do Congresso a regulamentação da atividade de grupos lobistas que ali atuam, até hoje quase que na clandestinidade.

– Gostaria de dizer que uma das minhas missões, logo que me forem encaminhadas as conclusões deste seminário, vai ser solicitar ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e tenho a certeza de que ele será sensível, providências para que tomemos uma posição com relação à regulamentação do *lobby* no país – afirmou.



Garibaldi (4º à esq.) defende a aprovação de projeto de Maciel (2º à esq.) para regulamentar o *lobby* no Congresso

Garibaldi Alves se disse extremamente indignado pelo fato – que, segundo ele, só chegou a seu conhecimento agora – de o Projeto de Lei do Senado (PLS) 203/89, de autoria de Marco Maciel (DEM-PE), que trata do assunto, estar tramitando há quase 20 anos no Congresso sem que se tenha chegado a nenhu-

ma conclusão. O projeto de Maciel determina a obrigatoriedade de identificação das empresas de *lobby* – e também de seus titulares – com prestação de contas à Receita Federal, a fim de que a prática se desenvolva com transparência. Participaram da abertura do seminário o ministro de Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho; o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza; o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli; o reitor do Centro Universitário de Brasília, Getúlio Américo Lopes; o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Álvaro Ciarlini; e o representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Giovanni Quaglia.

Debatedores apontam eleição de Obama como marco na luta anti-racista

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a eleição de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos foi apontada como um marco na luta pela igualdade racial, com reflexos positivos no Brasil. Na opinião da vereadora paulistana Claudete Alves e do cantor e apresentador Netinho de Paula, recém-eleito vereador por São Paulo, a eleição norte-americana deixa como lição a necessidade de articulação do movimento negro com outros setores da sociedade.

Também Maria do Carmo Ferreira, assessora da Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial, e João Batista de Almeida, coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal, saudaram a eleição de Obama. O debate integra um conjunto de eventos que estão sendo promovidos pela CDH em novembro – denominado Mês da Consciência Negra, em referência à morte do líder negro Zumbi dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695.

Na coordenação da audiência, Paulo Paim

(PT-RS), presidente da comissão, destacou a relevância de eventos celebrados em 2008.

– Considero 2008 um ano mágico, pois marca os 120 anos da abolição não concluída, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os 20 anos da Constituinte e, em 2008, os Estados Unidos elegeram seu primeiro presidente negro.

O parlamentar voltou a defender a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), que tramita na Câmara dos Deputados.



Netinho, Maria do Carmo, Paim, João Batista de Almeida e Claudete Alves em debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Morre jornalista acreano

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) comunicou ao Plenário o falecimento, domingo, do jornalista Pheydheus Evangelista de Carvalho. Conhecido como Fé em Deus, o jornalista morreu aos 59 anos, vítima de complicações de uma pancreatite.

Natural de Rio Branco, Fé em Deus foi, antes, vendedor de tacacá, bancário e microempresário. Ele trabalhava como assessor de imprensa do Departamento de Estradas de Rodagem do estado, disse o senador.

Voto de pesar por Rosani

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pela morte da secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rosani Evangelista da Cunha, ocorrida no dia 1º, em acidente de trânsito na Argentina.

O parlamentar lembrou que Rosani ajudou a implementar o cadastro único do Bolsa Família e a Política Nacional de Renda Básica de Cidadania, que foi transformada em lei em 2005.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 11h, sessão solene do Congresso Nacional comemora os 40 anos do Teatro Experimental do Sesc do Amazonas. Às 14h, sessão deliberativa do Senado. A pauta está trancada por duas MPs que reestruturam a composição remuneratória de auditor da Receita, auditor fiscal do Trabalho, e oficial e assistente de chancelaria.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa às 9h30, no TCU, a convite do ministro Walton Alencar, do seminário "A Nova Matriz Energética Brasileira"; às 11h, recebe o vice-presidente do Senado da República Tcheca, Jiri Schneberger, e delegação; às 11h30, o ministro do TCU Ubiratan Diniz de Aguiar; às 14h, o ministro da Previdência Social e membros da CMO; e às 16h preside a ordem do dia.

Dia de muita atividade na CMO

Às 9h, audiência pública em Palmas; às 14h30, reunião em Brasília; às 17h, Delcídio Amaral se encontra com relatores setoriais, entre outros.

CDH delibera sobre emendas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discute, a partir das 10h, emendas que serão apresentadas pelo colegiado ao projeto de orçamento para o próximo ano.

Analista de sistemas na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza às 14h audiência pública para instruir o projeto (PLS 607/07) que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de analista de sistemas e atividades correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de Informática, entre outras medidas.

CAE debate Projeto do Sacoleiro

Reunião às 10h da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa proposta que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai – o chamado Projeto do Sacoleiro. Também estão na pauta outras 16 matérias.

Mudanças na LDB em discussão na CE

A partir das 11h, a Comissão de Educação (CE) examina 21 itens. Entre os projetos, o que cria residência educacional para professores da educação básica; o que trata da obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental; e o que estabelece dedicação exclusiva na educação básica.

Relatório preliminar já aprovado pela CMO determina que pelo menos uma emenda das bancadas estaduais seja oriunda de sugestões colhidas nas discussões promovidas em vários pontos do país

Reunião em Palmas encerra hoje debate regional sobre Orçamento

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) realiza hoje em Palmas, a partir das 9h, a última audiência regional destinada a debater a proposta orçamentária de 2009. Vão participar da reunião, na sede da Assembléia Legislativa do Tocantins, o presidente do colegiado, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), e o relator-geral do projeto de lei, senador Delcídio Amaral (PT-MS), além de representantes da bancada de deputados e senadores da região Norte.

O objetivo da audiência é coletar sugestões para o relatório do Orçamento, que, depois de votado na CMO, será encaminhado para deliberação final em



Mendes Ribeiro Filho e Delcídio devem participar da audiência

sessão do Congresso Nacional. O relatório preliminar, aprovado pela comissão, prevê que pelo menos uma das emendas das bancadas estaduais seja originária de sugestões coletadas nas audiências regionais. Já foram realizados debates sobre a proposição em 11 estados. Ontem, a CMO promoveu discussão em Salvador.

A prática de audiências

regionais teve início há dois anos, como parte de experiência de descentralização do debate orçamentário. Os representantes da comissão falam sobre aspectos globais da proposta e sobre as principais ações previstas para cada estado das respectivas regiões, oferecendo ainda explicações sobre a sistemática de alterações do projeto, por meio das

emendas parlamentares individuais e coletivas.

Créditos

À tarde, em Brasília, a Comissão de Orçamento realiza, a partir das 14h30, mais uma reunião semanal ordinária. A pauta inclui 24 projetos de lei relativos a pedidos do Poder Executivo para abertura de crédito aos orçamentos de ministérios, empresas do grupo Petrobras e de companhias portuárias.

Está previsto ainda o exame de avisos referentes a relatórios de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) em editais de concorrências e obras executadas com recursos federais.

Papaléo destaca projeto para reduzir acidentes em barcos



Papaléo: parte do motor arranca couro cabeludo

Papaléo Paes (PSDB-AP) destacou em discurso a aprovação, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de projeto de lei da Câmara dos Deputados

que torna obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis de embarcações, visando prevenir acidentes.

De autoria da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), a proposta (PLC 109/08), que ainda será votada no Plenário do Senado, tem como objetivo reduzir os acidentes como escarpelamento e mutilações, que ocorrem quando essas partes móveis dos barcos prendem os cabelos das vítimas, quase sempre mulheres, e arrancam o couro cabeludo e a pele de outras partes do corpo.

Alvaro: "Permanece submissão do Legislativo ao Executivo"



Alvaro critica instrumento da medida provisória

Ao comemorar em Plenário os 20 anos da Constituição federal, Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou a importância do reencontro do país com as "liberdades democráticas,

de expressão e de imprensa" a partir da Carta Cidadã. Mas lamentou a "permanência da submissão do Poder Legislativo ao Executivo, como na época da ditadura".

– O Legislativo continuou subjugado, não foi liberto das garras do Executivo, especialmente através de um instrumento típico do parlamentarismo, a medida provisória – disse Alvaro, acrescentando que, após 20 anos, "o que se vê é muita decepção, porque a ética foi prática abolida nas administrações da União, nos estados e municípios".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Paulo Paim • Papaléo Paes • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Minuta de projeto com as orientações foi finalizada ontem em reunião com representantes de teles e de provedores de acesso à internet

Regras devem agilizar informações sobre pedofilia

REPRESENTANTES DE NOVE empresas de telecomunicação e de provedores de serviços de internet reuniram-se ontem com assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para concluir uma minuta de projeto de lei e de termo de cooperação visando ao combate à pedofilia na rede mundial de computadores. Também participaram representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de três associações de empresas do setor.

A CPI, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), busca construir entendimento junto às empresas, por meio de reuniões coordenadas por assessores do colegiado, formado por delegados da Polícia Federal e integrantes do Ministério Público



Assessores da CPI recebem sugestões para proposta que ajudará na investigação sobre violência sexual contra crianças

Federal e da organização não-governamental Safernet, além de consultores do Senado.

De acordo com o chefe de gabinete de Magno Malta, Gláucio Ribeiro, essa foi a sexta reunião e buscou finalizar os termos de

um projeto de lei para regulamentar o armazenamento e a padronização de informações a serem fornecidas pelas teles às autoridades policiais e judiciais brasileiras, visando à investigação de denúncias sobre a divul-

gação de material pedófilo pela internet. A proposta deverá ser apresentada pela CPI na próxima semana, informou Ribeiro.

A nova regra tornará mais eficiente o fornecimento de informações sobre usuários de

internet e agilizará o processo de investigação e repressão a pedófilos que usam a rede para divulgar imagens de exploração sexual de crianças e adolescentes. Para que os novos procedimentos possam ser adotados de imediato, as empresas também devem assinar um termo de cooperação, assumindo a implementação das medidas mesmo antes da aprovação da proposta.

Participaram da reunião representantes da NET, Oi/Telemar, Claro, Brasil Telecom, Telefônica, TIM Celular, UOL, IG e Vivo, além da Associação Nacional de Operadores Celulares (Acel), Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix) e Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet).

Maciel defende mais agilidade do Judiciário

Marco Maciel (DEM-PE) chamou a atenção para a importância da eficiência, agilidade e probidade do Judiciário para o bom funcionamento da democracia, de forma a garantir uma Justiça acessível a todos. Ele assinalou que a celeridade e a previsibilidade são condições básicas para a segurança jurídica do país.

O senador destacou várias ações para tornar o Judiciário mais ágil. É o caso, disse, do instituto de repercussão geral, adotado pelo Supremo Tribunal Federal, que permite identificar temas jurídicos repetitivos em casos-modelo. Esse filtro, assinalou, permitiu a diminuição de cerca de 40% de recursos perante aquela corte.

Mais recentemente, lembrou, por iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi aprovada a Lei 11.672 (Lei dos Recursos Repetitivos), permitindo a esse tribunal julgar também casos-modelo sob idênticos critérios. Maciel informou que a Lei dos Recursos Repetitivos, com o julgamento de dez temas, possibilitará a eliminação de cerca de 120 mil processos dos aproximadamente 360 mil que se acumulam ao longo de 20 anos no STJ.

Para o senador, os institutos de repercussão geral contribuem para melhorar a prestação jurisdicional por parte do Estado.



Efraim: Lei de Anistia possibilitou transição pacífica para democracia

Efraim critica movimento para rever anistia

Efraim Morais (DEM-PB) disse ontem que a tortura constitui uma anomalia que merece condenação, mas observou que fabricar uma crise política revolvendo o passado é inaceitável. O senador referia-se ao movimento liderado pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, para excluir da Lei de Anistia os que torturaram durante o regime militar.

Segundo Efraim, foi a Lei de Anistia, sancionada há quase 30 anos, que possibilitou a transição pacífica do regime autoritário para a democracia.

– São 25 anos de ausência de interferências militares, o mais longo período de abstenção castrense da história republicana brasileira. E é disso que se trata: saber se queremos restabelecer um confronto entre o poder civil e o militar – advertiu.

Ele assinalou que a lei que considera a tortura imprescritível (1997) é posterior à da Anistia (1979) e há um princípio legal que impede a sua retroação.

– Os perseguidos do regime militar, que reclamam essa reparação, estão hoje no poder e têm as Forças Armadas sob controle. Mexer com os que torturaram implica mexer com os que pegaram em armas, o que envolverá o ministro Tarso Genro e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, entre outros.

Augusto pede a motorista atenção às crianças

O envolvimento cada vez mais freqüente de crianças em acidentes de trânsito foi lamentado por Augusto Botelho (PT-RR). Em 2008, quase 3% das vítimas dos acidentes de trânsito em Roraima eram de crianças de até 12 anos, sendo que 8% desse total veio a falecer, disse o senador.

Na avaliação de Augusto, os pais devem dirigir com mais responsabilidade e estar atentos às normas de segurança, a exemplo da Resolução 277, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que entrará em vigor em junho de 2010.

– Atualmente, a resolução em vigor exige apenas que as crianças com menos de dez anos devem ser transportadas em bancos traseiros e usar, individualmente, cinto de segurança ou sistema de retenção. As mudanças tratam especificamente dos itens de segurança por faixa etária – afirmou.

O senador explicou que pela nova resolução crianças com até um ano deverão ser transportadas em bebê-conforto. De um a quatro anos, em cadeiras reguláveis. Entre quatro e sete anos e meio, precisa estar em cima de assento de elevação e com cinto de segurança e, a partir dessa idade até dez anos, com o cinto de segurança, no banco traseiro. Os veículos escolares deverão contar obrigatoriamente com dispositivos de retenção.



Augusto cita norma do Contran sobre itens de segurança por faixa etária



Mão Santa lembra que estado tem seis obras embargadas pelo TCU

Mão Santa: "Piauí é campeão em obras irregulares"

Lembrando advertência feita por Ulysses Guimarães, de que "a corrupção é o cupim que corrói a democracia", Mão Santa (PMDB-PI) disse considerar que os "aloprados do PT que atualmente governam o Piauí são os campeões da corrupção no Brasil".

O senador chamou a atenção para o fato de que o **Jornal do Senado**, em sua edição semanal, traz reportagem sobre obras públicas embargadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). São 66 obras, citou, com indícios de irregularidade grave, para as quais o TCU sugere suspender os repasses. Das 89 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 25 apresentaram irregularidades.

– E os "aloprados" sugerem acabar com o TCU – disse.

Mão Santa observou que esses números foram publicados em um jornal que ele considera "placa branca".

– Acho que botaram lá um chefe, que é deles, nomeado por eles – afirmou.

O parlamentar ressaltou que o Piauí tem seis obras embargadas pelo TCU e pode perder o programa Luz para Todos se a meta não for atingida até 2010. Ele lembrou que o estado fez uma parceria com a empreiteira Gautama, investigada pela Operação Navalha da Polícia Federal.

Mário Couto (PSDB-PA) elogiou o pronunciamento.

Mário Couto diz que violência no Pará é alarmante

"O Pará é hoje o estado mais violento do Brasil", afirmou Mário Couto (PSDB-PA). O senador responsabilizou a administração petista da governadora Ana Júlia Carepa, que, segundo ele, não cumpre as promessas com relação à segurança pública, pelos índices "alarmantes" de violência no estado.

Só em 2008, de acordo com Mário Couto, 23 bancos foram assaltados no Pará. Uma das agências foi invadida sete vezes por bandidos e agora está fechada por tempo indeterminado, relatou.

O senador afirmou estranhar o fato de a governadora ter se ausentado do estado para fazer uma viagem à China.

Outro fato citado por ele foi a recusa de carteiros de entregar a correspondência em locais tidos como inseguros. Uma comunicação do senador a uma correligionária política voltou com a inscrição "Não pôde ser entregue – risco de assalto".

Para Mário Couto, nada pode representar mais "a inversão de valores vigentes hoje no Pará do que as freqüentes prisões de policiais por bandidos".

– Os políticos deveriam ter mais respeito com o povo. E a população deveria ter formas de fiscalizar e punir os homens públicos mentirosos – protestou.



Para Mário Couto, povo deveria ter formas de fiscalizar os homens públicos



Maciel: Justiça eficiente contribui para o bom funcionamento da democracia

Viana defende campanha contra a dengue

Tião Viana (PT-AC) alertou ontem para a necessidade de uma campanha sanitária envolvendo população e gestores municipais, estaduais e da União no combate à dengue, com a aproximação do verão. O senador, que é médico, especialista em Medicina Tropical, afirmou que a situação da doença no país é dramática, atingindo 6% de letalidade. O governo, informou, já destinou R\$ 1 bilhão para ações de combate ao mosquito, equipamentos na área de logística, detecção precoce dos focos de infestação e melhoria dos recursos de vigilância epidemiológica.



Letalidade da doença chega a 6% no Brasil, alerta Tião Viana

Valter Pereira cobra política para servidor

Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu a formulação de uma política de pessoal para o serviço público, ao comentar os resultados de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), a pedido da Comissão de Ética do Executivo, junto a funcionários da administração pública. Conforme o senador, 18,1% dos servidores pesquisados admitiram que já cobraram propina para atender reivindicação legítima do cidadão; 22,5% reconheceram que já descumpriram a lei; e 11,9% disseram agir com desprezo em relação às suas funções. Valter Pereira considerou os dados preocupantes.



Valter Pereira: dados de pesquisa com servidor público preocupam



Não há mais 200 bilhões de dólares em reservas, afirma Arthur Virgílio

Virgílio: governo maquia dados sobre a economia

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que o governo "maquia" dados sobre a economia quando sustenta que o país ainda dispõe de US\$ 200 bilhões em reservas para enfrentar a atual crise financeira mundial.

– Todos sabem que o Banco Central está queimando reservas. Quando o Banco Central anunciou que haviam sido liberados 50 bilhões de dólares para o sistema financeiro, nós sabemos que o dinheiro sai de algum lugar. Ele saiu, em parte, dos depósitos compulsórios que foram liberados nos últimos dias, é verdade, mas saiu também das reservas. Portanto, não há mais 200 bilhões de dólares em reservas. É bom que a gente anote isso para que ninguém se engane e não enganemos ninguém – alertou.

O senador afirmou ainda que, enquanto a crise vem provocando a desaceleração no crescimento mundial, com perspectiva de recessão na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil a inflação vem crescendo e é possível perceber uma "clara intromissão política nesse quadro".

– A crise precisa ser olhada com mais seriedade, com menos palanques e adjetivos. A crise é grave e repercute, sim, sobre nossas vidas. O BC revisa a taxa de crescimento. Não sei se este ano teremos saldo positivo de balança comercial.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que é preciso reduzir a taxa de juros para estimular o desenvolvimento e combater a ameaça de recessão.

Cristovam celebra adoção de sistema seriado pela USP

Programa de Avaliação Seriada (PAS), com provas feitas ao longo dos três anos do ensino médio, será uma das formas de acesso àquela universidade, afirma senador

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) manifestou satisfação com a decisão da Universidade de São Paulo (USP) de adotar o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como uma das formas de ingresso na instituição. Ele lembrou que o PAS foi instituído há 13 anos, de forma pioneira, pela Universidade de Brasília (UnB).

Cristovam relatou que em seu primeiro dia como governador do Distrito Federal, em 1995, iniciou os procedimentos para implantar o Bolsa Escola, que inspirou o governo Luiz Inácio Lula da Silva a criar o Bolsa Família. No segundo dia de governo, procurou o então reitor da UnB, João Cláudio Todorov, para propor que a universidade adotasse o PAS, programa que tentara adotar quando foi reitor da UnB, mas não obteve apoio do governador do DF à época.

O senador ressaltou a princi-



Cristovam: seleção ajuda estudantes de escola pública

pal qualidade do PAS: a possibilidade de selecionar os melhores alunos, por meio de três avaliações ao longo do ensino médio. Para ele, o sistema facilita o acesso dos estudantes das escolas públicas à universidade.

– É o fim do vestibular.

Cristovam também se disse decepcionado com a baixa procura por cursos importantes para o crescimento do país, como Pedagogia, licenciaturas, Biologia, "grandes engenharias", Ciências da Computação e Ciências do Meio Ambiente.

– Não estamos selecionando

os melhores porque os bons querem ir para a publicidade ou fazer concurso para a Polícia Militar – lamentou o senador, mencionando matéria sobre o tema no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Segundo o parlamentar, a distorção se deve ao fato de que o governo não oferece remuneração adequada, apoio a centros de pesquisa e boas condições de trabalho para as áreas mais nobres.

Também ontem Cristovam Buarque participou de mesa-redonda sobre diversidade e desenvolvimento sustentável, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O debate integra as atividades sobre o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado em 10 de novembro.

Licença-maternidade de seis meses no Senado

A concessão de licença-maternidade de seis meses às servidoras do Senado foi publicada no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP) da última sexta-feira, em forma de ato do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho.

O ato está de acordo com a Lei 11.770/08, que criou o programa Empresa Cidadã, dando às empresas privadas a possibilidade de estender a licença-maternidade de suas funcionárias por 60 dias, com remuneração integral, e de deduzir dos tributos devidos com base no lucro real o que for pago a ela nesse período. O artigo 2º da lei – oriunda de proposta da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) – permite à administração pública instituir programa que garanta prorrogação da licença para suas servidoras. "Tomei essa iniciativa, inclusive, para dar um exemplo de como isso deve ser feito", disse Garibaldi.

FGV divulga gabarito do concurso para o Senado

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou ontem o gabarito oficial das provas objetivas do concurso para preenchimento de 91 cargos de nível superior e 59 de nível médio no Senado, que se encontra disponível no site www.concurso.fgv.br/senado08.

Os exames foram realizados em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Belém e 42.970 pessoas se inscreveram. Das 36 áreas específicas do concurso, a mais procurada foi para técnico legislativo (nível médio) para a Polícia Legislativa, com 2.393 candidatos para duas vagas. O índice mais baixo ficou para o cargo de técnico legislativo em videografismo, com 23,67 candidatos por vaga. Para os cargos de nível superior, a maior disputa ocorre para advogado, com 3.602 para oito vagas.

Goellner pede revisão das leis ambientais



Goellner: mudanças começam a ser discutidas esta semana

Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu a revisão e a consolidação da legislação ambiental brasileira – hoje estabelecida por 17 leis, além de dispositivos setoriais e normas infraconstitucionais, informou.

– A legislação ficou anacrônica e não atende aos interesses dos setores produtivos e ambientais.

Para iniciar a discussão sobre as mudanças, anunciou, representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, além de parlamentares, reúnem-se esta semana. Na revisão, disse, devem ser consideradas leis existentes e as propostas em tramitação.

Suplicy quer ouvir juiz eleito para Haia



Suplicy: Trindade foi eleito para o Tribunal Internacional de Justiça

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem que seja convidado o juiz Antonio Augusto Cançado Trindade para visitar o Senado e expor, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), "sua experiência e expectativa em exercer um papel tão importante", de juiz, no Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia, nos Países Baixos. A corte é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas (ONU). Trindade obteve, em sua eleição para o cargo, o voto de 163 dos 192 estados que compõem a Assembléia Geral das Nações Unidas, enfatizou Suplicy.



Mozarildo: objetivo é induzir uma transformação cultural de longo prazo

Mozarildo destaca campanha do MP contra corrupção

Ao apontar as práticas corruptas como fonte de sofrimento social e atraso econômico, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou ontem a campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", que vem sendo promovida pelo Ministério Público do estado de Roraima desde o mês de agosto.

Segundo o parlamentar, a campanha busca não somente ressaltar a importância de punir e reprimir práticas corruptas e ilegalidades do grande escalão, o que estaria sendo feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. O aspecto principal, assinalou, seria induzir uma transformação cultural de longo prazo na forma de se encarar a corrupção.

Mozarildo disse que há suspeitas de atos de corrupção cometidos na área de saúde do estado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). O parlamentar petebista pediu providências ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Ministério da Saúde.

– A informação que eu tenho é que, na Fundação Nacional de Saúde [Funasa], a ordem é a seguinte: projeto decorrente de emenda parlamentar é o parlamentar que indica quem faz a obra. Agora, os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], a cargo do governo federal, têm que ser indicados pelo senador Jucá. Funcionários da Funasa me informaram isso – afirmou Mozarildo Cavalcanti.